

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.174.411 - RS (2017/0240854-4)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : LEANDRO DAUDT BARON - RS051076
AGRAVADO : OLAVO LEMOS
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS DOS SANTOS - RS0027616
JULIANO NEDEL DOS SANTOS - RS0054934

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL contra a decisão de e-STJ fls. 224/226, em que conheci do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, neguei-lhe provimento, ante a ausência de ofensa do art. 535 do CPC/1973 e a incidência da Súmula 280 do STF.

Inicialmente, a parte agravante destaca a desistência de recorrer quanto à pretensão de ofensa do art. 535 do CPC/1973.

Sustenta que "o foco da irresignação é o equívoco consistente na condenação do Agravante em dimensão maior que a postulada pelo Agravado, determinando que o termo inicial do reajuste deveria ser março de 2000, enquanto se havia postulado na inicial que a recomposição do benefício deveria se dar a partir de maio de 2004" (e-STJ fl. 233).

Defende, ainda, que, para se reconhecer a ofensa aos mencionados dispositivos legais, "basta a simples comparação entre o que foi pleiteado pelo Agravado na petição inicial e o que restou deferido a ele no acórdão recorrido, quando da reforma da sentença" (e-STJ fl. 235).

Sem impugnação.

Passo a decidir.

Exerço o juízo de retratação, tendo em vista os argumentos suscitados pela parte, e passo a nova análise da insurgência.

Trata-se de agravo interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL contra decisão do Tribunal de Justiça daquela unidade federativa, que não admitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 98):

APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. REAJUSTE DO VALOR UNITÁRIO DO VALE-REFEIÇÃO. ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA PELA 2ª TURMA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PACIFICAÇÃO DA MATÉRIA. SÚMULA 33 DO TJRS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ART. 5º DA LEI 10.002/93. OBSERVÂNCIA. Pacificação da matéria quando do julgamento da assunção de competência

pelo 2º Grupo Cível desta Corte, funcionando como 2ª Turma, para reconhecer que a ausência do reajuste do valor do benefício do vale-refeição ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 2000 a 2010, ressalvada a compensação dos valores pagos e a prescrição, constitui omissão ilegal, suscetível de ser reparada na via judicial. Restringida a incidência do benefício do vale-refeição em apenas um vínculo funcional do servidor com o ente estadual, nos termos do art. 5º da Lei 10.002/93.

APELAÇÃO PROVIDA.

Embargos declaratórios rejeitados (e-STJ fl. 131)

No especial obstaculizado, a parte recorrente apontou violação dos arts. 512, 515 e 535, II, do CPC/1973, sustentando, além da negativa de prestação jurisdicional, a violação do princípio da *non reformatio in pejus*, na medida em que foi imposta pela Corte de origem situação mais gravosa que a anteriormente reconhecida pela sentença de primeiro grau, pois alterou o marco inicial da correção do valor do benefício (vale – refeição) de maio de 2004 para março de 2000, sem que tenha havido recurso da parte autora.

Apresentadas as respectivas contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que não houve afronta aos dispositivos invocados (e-STJ fls. 194/201).

No presente agravo, a parte recorrente alega, em resumo, a inadequação de aludidos fundamentos.

Pois bem.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

Feita essa consideração, observa-se que a irrisignação recursal não merece prosperar.

Em relação à alegada ofensa do art. 535, II, do CPC/1973, cumpre destacar que, ainda que o recorrente considere insubsistente ou incorreta a fundamentação utilizada pelo Tribunal nos julgamentos realizados, não há necessariamente ausência de manifestação. Não há como confundir o resultado desfavorável ao litigante com a falta de fundamentação, motivo pelo qual não se vislumbra violação do preceito apontado.

Consoante entendimento desta Corte, o magistrado não está obrigado a responder todas as alegações das partes nem tampouco a rebater um a um todos seus argumentos, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como ocorre na espécie. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO LIVRE DE OMISSÃO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. O SIMPLES PEDIDO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO QUE ESTEJA EM FASE DE COBRANÇA JUDICIAL E GARANTIDO POR PENHORA, SE NÃO FOR INFORMADO AO JUIZ DA EXECUÇÃO ANTES DA ARREMATAÇÃO, NÃO TEM O CONDÃO DE SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DA DÍVIDA EXECUTADA, PARA O QUE SE EXIGE, AINDA, A HOMOLOGAÇÃO DO PARCELAMENTO. PRECEDENTES DO STJ. ACÓRDÃO, QUE, ADEMAIS, É EXPRESSO AO AFIRMAR A MÁ-FÉ DA RECORRENTE EM DEIXAR DE COMUNICAR, TÃO LOGO FOSSE POSSÍVEL, A REALIZAÇÃO DO PARCELAMENTO, AINDA QUE TAL COMUNICAÇÃO TENHA OCORRIDO ANTES DA ARREMATAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL.

1. Trata-se, na origem, de embargos à arrematação em execução fiscal do INSS em que a executada alega a suspensão do crédito tributário pelo parcelamento e sua comunicação ao Juízo antes da arrematação, pleiteando, assim, sua desconstituição.

2. A alegada violação ao art. 535, II do CPC não ocorreu, pois a lide foi fundamentadamente resolvida nos limites propostos. As questões postas a debate foram decididas com clareza, não se justificando o manejo dos Embargos de Declaração. Ademais, o julgamento diverso do pretendido não implica ofensa à norma ora invocada. Tendo encontrado motivação suficiente, não fica o órgão julgador obrigado a responder, um a um, todos os questionamentos suscitados pelas partes, mormente se notório seu caráter de infringência do julgado. Precedente: AgRg no AREsp 12.346/RO, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 26.08.2011.

(...)

5. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no AREsp 163417/AL, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 29/09/2014)

Quanto à possível violação dos demais dispositivos invocados, extrai-se do pedido postulado na inicial que (e-STJ fls. 4/5):

DIANTE DO EXPOSTO, vem requerer a VOSSA EXCELÊNCIA, com fundamentação na legislação acima e na decisão do STF, o seguinte:

a.) a procedência do pedido, para condenar o requerido a **pagar o vale-refeição, devidamente atualizado, de acordo com o apurado em prova pericial, a partir de setembro de 1994 pelo índice do IEPE/UFRGS**, mês a mês, nos termos do Decreto n°. 35.139, de 03 de março de 1.994 e condenar também o requerido a pagar o vale – refeição atrasado, dentro quinquídio, para a posterior execução, devidamente corrigido pelo IGP-M e juros, além de honorários advocatícios. (grifos acrescidos).

Por sua vez, percebe-se que a sentença exarada consignou o seguinte (e-STJ fl. 56):

Assim, o Estado do Rio Grande do Sul deverá responder pela correção do vale -refeição, nos termos do artigo 4º, do Decreto n. 35.139/94, desde a publicação do último Decreto Estadual atualizador, arcando com o pagamento das diferenças entre as quantias efetivamente pagas, a título de vale-refeição, e aquela que seria devida, com correção monetária, pelo IGP-M, desde o vencimento de cada parcela, e juros moratórios de 6% ao ano, a contar da citação.

O acórdão recorrido chegou à seguinte conclusão (e-STJ fl. 133):

Quanto à alegação de nulidade do acórdão em razão de *reformatio in pejus*, é suficiente a leitura atenta do acórdão para concluir que o direito ao reajuste e o período, foram claramente fixados, suprida a lacuna legislativa (01.03.2000 até 31.03.2010), não existindo, todavia, condenação do Estado a pagar valores de reajuste fora do pedido formulado pelo autor.

O termo inicial para incidência da atualização das diferenças (compensados os valores pagos na via administrativa) será estabelecido em fase de liquidação de sentença, observadas as datas de ingresso do servidor no serviço público, ajuizamento da ação e prescrição quinquenal.

Nesse contexto, não deve prosperar a tese defendida pela parte recorrente de que foi imposta pelo Tribunal *a quo* situação mais gravosa que a anteriormente reconhecida na sentença, uma vez que, basta uma leitura mais detalhada do aresto recorrido para concluir que o direito ao reajuste e o período foram fixados de forma a suprimir a lacuna legislativa (01/03/2000 até 31/03/2010), não havendo que se falar em alteração do marco inicial da correção do benefício.

Soma-se a isso o fato de que não houve condenação do Estado a pagar valores fora do pedido formulado pelo autor. Isso porque não procede o argumento da parte recorrente de que o pleito na inicial seria a partir de 2004, pois observa-se que o pedido feito na peça inaugural é a partir de 1994 (e-STJ fls 4/5).

Por fim, cumpre salientar que, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, §11, do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 7 do Plenário do STJ, sessão de 09/03/2016), o que não é o caso dos autos.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de e-STJ fls. 224/226, e, com base no art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator